

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - IFSC
Câmpus Xanxerê

CAMILE BIOTO
EDUARDA GARBOZZA MOURA
FLÁVIA BAGGIO SACHET
HELOÍSA BARASUOL CARBONERA
LAURA LAÍS LANGE

AGROECOLOGIA NO OESTE CATARINENSE: PRODUÇÃO E CONSUMO

Xanxerê
07/12/2021

CAMILE BIOTO
EDUARDA GARBOZZA MOURA
FLÁVIA BAGGIO SACHET
HELOÍSA BARASUOL CARBONERA
LAURA LAÍS LANGE

AGROECOLOGIA NO OESTE CATARINENSE: PRODUÇÃO E CONSUMO

Trabalho Integrador do
curso Técnico em
Alimentos Integrado ao
Ensino Médio do Instituto
Federal de Santa Catarina
para aprovação na
disciplina de Trabalho
Integrador

Orientadora: Prof^a Dr^a Joice
Konrad

Xanxerê
DEZEMBRO, 2021

CAMILE BIOTO
EDUARDA GARBOZZA MOURA
FLÁVIA BAGGIO SACHET
HELOÍSA BARASUOL CARBONERA
LAURA LAÍS LANGE

AGROECOLOGIA NO OESTE CATARINENSE: produção e consumo

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título em (Nome da Habilitação), pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, e aprovado na sua forma final pela comissão avaliadora abaixo indicada.

Xanxerê, 07 de dezembro de 2021.

Prof. Joice Konrad, Dra
Orientadora
Instituto Federal de Santa Catarina, Xanxerê

Naidi Gabriel, Me.
Banca Avaliadora
Instituto Federal de Santa Catarina, Xanxerê

RESUMO

A alimentação humana, ao deixar de ser definida apenas como um sistema de transferência de nutrientes, torna-se um fator decisivo na saúde e qualidade de vida, constantemente mudando para acompanhar a temporalidade e os hábitos da população. Conseqüentemente, com o passar dos anos, observou-se que há uma forte tendência de consumidores em melhorar o estilo de vida através do consumo de produtos mais frescos e menos industrializados. Logo, o conceito de Aaron Antonovsky, denominado salutogênese, surge como uma opção de potencializar e preservar as forças que geram saúde e qualidade de vida. Aliado à busca por melhorias na produção e consumo de alimentos, a Agroecologia se consolida como alternativa para desvincular-se da agricultura convencional, desenvolvendo meios e métodos que priorizem o manejo natural, resultando em uma produção sustentável, potencializando melhoria na qualidade dos produtos. Dessa maneira, o objetivo geral deste trabalho foi desenvolver um estudo bibliográfico sobre as potencialidades da produção e do consumo de produtos de base agroecológica no Oeste Catarinense. Aplicou-se um questionário, por meio do *Google Forms*, a fim de conhecer a produção e os hábitos de consumo de produtos agroecológicos da população e verificar sua compreensão sobre a agroecologia. A partir das respostas obtidas notou-se um real desconhecimento da agroecologia, reduzindo-a a uma técnica de produção que se confunde com o termo orgânico, ao minimizar o uso de agrotóxicos e não discutir questões associadas à justiça social, climática e à biodiversidade, etc. Apesar das dificuldades encontradas pelos consumidores para adquirir produtos agroecológicos (acesso, baixa quantidade e preço), verificou-se a existência de uma proximidade entre produtores familiares e consumidores baseada na compra direta e nas relações horizontais de trocas de saberes, vivências, que perpassam questões mercadológicas. Desta forma, a Agroecologia apresenta-se como uma alternativa sustentável para a agricultura familiar, com potencial de ampliação da produção e de fortalecimento de relações entre produtores e consumidores, necessitando de políticas públicas contínuas de incentivo, crédito, extensão rural e pesquisa para sua implementação.

Palavras-Chave: Salutogênese. Produção e consumo. Agricultura familiar. Agroecologia. Oeste Catarinense.

ABSTRACT

Human diet, when not seen only as a nutrient transfer system, becomes a crucial factor in health and life quality, constantly in change to keep up with temporality and the population's habits. Therefore, over the years, it has been observed that there is a strong trend among consumers to improve their lifestyle through the consumption of fresher and less industrialized products. Thus, Aaron Antonovsky's concept, called salutogenesis, appears as an option to enhance and preserve the forces that generate health and life quality. Combined with the search for improvements in food production and consumption, Agroecology emerges as a way to detach from industrial agriculture, developing means and methods that prioritize natural management, resulting in sustainable food development, with improved consumption of products and applied methods. Thereby, the main objective of this work was to carry out a bibliographical study about the potentialities of the production and consumption of agroecological base products in Western of Santa Catarina. In addition, a questionnaire was developed and later answered, through *Google Forms*, to know the production and the populations' consumption habits of agroecological products, and verify their understanding about Agroecology. Based on the answers obtained, a real lack of knowledge of Agroecology was noticed, reducing it to a production technique that muddles up with the organic term, by minimizing the use of pesticides and not discussing issues associated with social justice, climate, and biodiversity, etc. Despite the difficulties encountered by consumers to acquire agroecological products (access, low quantity, and price), it has been verified some proximity between family producers and consumers, based on direct purchase and on the horizontal relationships of knowledge exchange and experiences, which prevail over the marketing matters. So, Agroecology arises as a sustainable alternative for family farming, with the potential to expand production and strengthen relations between producers and consumers, requiring continuous public policies of encouragement, credit, rural extension, and research for its implementation.

Keywords: Salutogenic. Production and consumption. Family farming. Agroecology. West of Santa Catarina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estrutura Fundiária do Brasil (2017)	18
Quadro 1 - Estrutura Fundiária dos municípios do Oeste Catarinense	18
Quadro 2 - Produção Agropecuária - Associação Municípios Alto Irani (AMAI).	23
Quadro 3 - Produção Agropecuária - Associação Municípios Alto Irani (AMAI).	24
Gráfico 1 - Respostas provenientes da região da AMAI	34
Gráfico 2 - Respostas por município	35
Gráfico 3 - Consumo de produtos agroecológicos	35
Gráfico 4 - Motivos pelo não consumo de produtos agroecológicos	38
Gráfico 5 - Locais em que os respondentes encontram produtos agroecológicos	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AMAI – Associação dos Municípios do Alto Irani
- APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CUT – Central Única dos Trabalhadores(as)
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- FETRAF – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IA - Insegurança Alimentar
- IFOAM Organics International – *International Federation of Organic Agriculture Movements*
- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SCIELO – Scientific Electronic Library Online
- SINTRAF – Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
- SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
- ONGs – Organizações não governamentais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivos	12
1.1.1	Objetivo geral	12
1.1.2	Objetivos específicos	12
2	METODOLOGIA	13
2.1	Estudo bibliográfico	13
3	DESENVOLVIMENTO	14
3.1	Marco teórico conceitual: Agricultura familiar, agronegócio e a produção de alimentos no Brasil	14
3.2	A Questão Agrária Brasileira	14
3.3	A categoria Agricultura Familiar no Brasil	21
3.4	Agronegócio brasileiro	24
3.5	A industrialização da agricultura no Brasil	25
3.6	A emergência da Agroecologia	28
3.7	Agroecologia no Oeste de Santa Catarina	31
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
5	CONCLUSÃO	41
	REFERÊNCIAS	43
	APÊNDICE A – Questionário aplicado	52

1 INTRODUÇÃO

A alimentação humana vem sofrendo alterações ao longo dos anos. Quando a sociedade era predominantemente rural, o sistema alimentar estava organizado em circuito de proximidade, sem muita divisão entre produzir, distribuir e consumir. Logo, o alimento produzido era o mesmo consumido pelas famílias, sendo este fresco, limpo e saudável, além de ricas variedades. As práticas agropecuárias eram diversificadas e complementares, a escala da produção atendia o autoconsumo da família, que às vezes realizava trocas ou comercializava o excedente. Havia a agrobiodiversidade.

Com o desenvolvimento industrial, a produção agropecuária também foi impactada. Novas técnicas e equipamentos passaram a ser incorporados, ampliando a produtividade. Assim, a escala de produção já não ocorria mais, exclusivamente, através da ampliação das áreas de produção.

Implantou-se, em grandes propriedades, chamadas de latifúndios, a monocultura. Nela, o principal interesse é o acúmulo de dinheiro, voltando-se para a exportação (VARGAS e SILVA, 2016).

A industrialização do campo, ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, implicou na qualidade dos alimentos consumidos. Esse processo, conhecido como “Revolução Verde”, impactou na redução da variedade de espécies, desgastou o solo, introduziu substâncias tóxicas (agrotóxicos), levando a um grande desequilíbrio ambiental. Ademais, agricultores e trabalhadores camponeses perderam espaço para grandes empresas que passaram a ter monopólio sobre as terras e as vendas (VARGAS e SILVA, 2016, p. 42-43).

Com o crescimento e expansão das cidades, o ritmo de vida humana mudou e, juntamente com ele, os hábitos alimentares sofreram transformações. A entrada da mulher no mercado de trabalho também implicou em mudanças na forma de se alimentar, uma vez que não houve significativa alteração na divisão de trabalho doméstico, ou seja, alimentos cada vez mais industrializados e de praticidade ganharam espaço nos lares para “ajudar” a mulher trabalhadora, além do surgimento de eletrodomésticos como fogão a gás, micro-ondas para auxiliar nesse processo. Neste sentido, a sociedade capitalista moderna falha com o aspecto saúde, ao mesmo tempo que se apropria de produtos alimentícios como novos nichos de mercado.

Assim, ressalta-se a importância de aprimorar hábitos, primando por alimentos frescos e naturais, práticas saudáveis que garantam os fatores necessários para um organismo equilibrado. Diferentemente da concepção antecedente de “um simples sistema de transferência de nutrientes” (LOUZADA et al., 2019), a alimentação tornou-se uma das maiores influenciadoras da qualidade de vida, bem-estar e saúde.

Nota-se que há um crescimento da busca de um estilo de vida calcada no bem-estar, mediante o consumo de alimentos mais saudáveis e frescos, menos industrializados e ultraprocessados. A cultura do *slow food* tem conquistado espaço, se opondo ao movimento da alimentação global e padronizada dos *fast foods* (FREITAS, 2014). Embora, ainda se restringe a uma pequena parcela da população que tem condições de escolher o que quer comer.

A preocupação com o bem-estar humano, levou o sociólogo norte-americano Aaron Antonovsky (1979) a desenvolver o conceito “salutogênese”, o qual se caracteriza pela potencialização e preservação das forças que geram saúde e qualidade de vida, opondo-se à patogênese. Além disso, o estilo de vida salutogênico fundamenta-se no “senso de coerência”, em que os estados de harmonia e autoconfiança proporcionam uma sensação de orientação global, impulsionando a formação de um ambiente saudável (ABREU e ALONZO, 2018).

Por consequência, surgem pessoas com vontade de mudança. Partindo da constatação do médico grego Hipócrates, “deixe a comida ser o remédio e o remédio ser a comida”, a Agroecologia surge como um modo de vivência possível que subverte a lógica destrutiva atual, tanto do organismo, quanto da natureza, além de fornecer energia de qualidade e prevenir doenças. A Agroecologia pode ser definida, segundo Vargas e Silva (2016, p. 58), como “a forma de viver e produzir alimentos com maior cooperação e cuidado com a natureza, realizando a produção de alimentos saudáveis em um tipo de desenvolvimento que melhore a vida de toda a humanidade”.

Surgindo como uma maneira de desvencilhar-se da agricultura industrial ao optar por meios e métodos diversificados que visem o manejo natural e garantam alimentos de alta qualidade nutritiva a toda a sociedade (BURIGO et al., 2019), a Agroecologia, associada ao estilo de vida salutogênico, proporciona maior envolvimento com processos naturais e biológicos e, conseqüentemente, maior qualidade de vida e saúde. Isso resulta na ligação do consumo de produtos

agroecológicos com um estilo de vida saudável.

Portanto, por meio da Agroecologia e dos aprimoramentos de agroecossistemas, é possível alcançar uma nova forma de produção sustentável de alimentos (GLIESSMAN, 2000), obtendo-se um termo de dominância geral, ou a sustentabilidade.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo bibliográfico acerca da Agroecologia, relacionando-a com o estilo de vida salutogênico dos moradores do Oeste Catarinense. Para tanto, pretende-se conhecer e associar os princípios agroecológicos com a salutogênese, caracterizar a produção e o consumo de produtos agroecológicos na região delimitada, identificar quais os agentes promotores da produção e consumo de produtos agroecológicos no Oeste Catarinense.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

- Desenvolver um estudo bibliográfico sobre a Agroecologia no Oeste Catarinense.

1.1.2 Objetivos específicos

- Conhecer os princípios da Agroecologia e estabelecer aproximações com a Salutogênese.
- Caracterizar a produção e o consumo de produtos agroecológicos no Oeste do estado de Santa Catarina.
- Identificar quais os agentes envolvidos na produção e consumo de produtos agroecológicos no Oeste Catarinense.

2 METODOLOGIA

2.1 Estudo bibliográfico

Para a execução do presente trabalho elaborou-se um estudo bibliográfico, de caráter crítico, com base em pesquisas na literatura científica e levantamento de dados secundários e de materiais produzidos por instituições, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), IFOAM Organics International e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agropecuária (INCRA) etc..

Nesse sentido, o primeiro passo para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica consistiu na exploração de artigos científicos e livros sobre o tema. Foram utilizados para a pesquisa os termos: Agroecologia, salutogênese, saúde, região Oeste Catarinense. As publicações envolvendo tais temáticas foram encontradas nas plataformas de dados Google Acadêmico, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (Scielo).

Para fins de estudo de caso, tomou-se como micro recorte a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), localizada na Mesorregião do Oeste Catarinense. Além disso, foi aplicado um questionário mediante o *Google Forms* com o título “Consumo de produtos agroecológicos no Oeste Catarinense” (Apêndice A), a fim de verificar o conhecimento dos consumidores sobre a Agroecologia e a Salutogênese (bem-estar).

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Marco teórico conceitual: Agricultura familiar, agronegócio e a produção de alimentos no Brasil

Baseando-se na perspectiva de Heródoto, historiador grego, em que torna-se necessário “pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro”, a atual estrutura fundiária brasileira pode ser entendida a partir de análises sobre sua formação histórica.

A ocupação territorial e a colonização dos portugueses moldaram a atual configuração da estrutura fundiária, marcada pela concentração de terras e a desigualdade social. Tem-se assim, simultaneamente, a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria, fruto de fatores políticos e econômicos. Assim, nasce a questão agrária, a partir desta contradição capitalista (FERNANDES, 2013).

A intensa modernização do campo no país ocorreu somente na segunda metade do século XX, com a Revolução Verde, introduzindo novos elementos na questão agrária, intensificando os conflitos agrários, uma vez que avança de forma seletiva, privilegiando certos segmentos socioeconômicos (produtores, produtos e regiões).

Ao analisar o campo, a grosso modo¹, identifica-se dois modelos de desenvolvimento sobre o destino da produção de alimentos e a vida no campo: um a partir da agricultura familiar camponesa, e outro, a partir do latifúndio e agronegócio.

Ainda, cabe diferenciar o agronegócio da produção agropecuária, uma vez que “nem tudo que é agropecuário é agronegócio” (GIRARDI, 2008, n.p). Portanto, há muita confusão conceitual e apropriação indevida no cálculo da produção da agricultura familiar para inflamar o discurso produtivista do agronegócio, que será discutido mais adiante.

3.2 A Questão Agrária Brasileira

A partir da chegada dos portugueses no território brasileiro, em 1500, iniciou-se um processo de privatização de propriedades, apoiado, inicialmente, nas capitanias hereditárias e nas concessões de Sesmarias, que, implantadas no

¹ Esta discussão é mais complexa do que a polaridade apresentada, uma vez que envolve discursos e projetos políticos-ideológicos diferentes.

território nacional em 1531, foram responsáveis por estimular a produção agrícola do período e garantir a produtividade das terras (ASSELIN, 1991 apud FILHO & FONTES, 2009; IBGE, 2020).

O modelo colonial instalado no Brasil estava baseado nas *plantations*, isto é, na grande propriedade fundiária (latifúndios), na monocultura de exportação e no trabalho escravagista. Assim, por muito tempo, a produção agrícola era apenas de *commodities* para atender os interesses do mercado externos.

Com a extinção do regime sesmarial, no início do século XIX, houve a necessidade de um novo agente provedor de diretrizes para a questão de terras, assim, instaurou-se a Lei de Terras em 1850 (SILVA, 1997, apud FILHO & FONTES, 2009). Apesar de possibilitar a regularização de todas as terras cultivadas e a comercialização de terras a estrangeiros, a Lei tornou o acesso à terra privilégio para poucos, à medida que limitou o acesso de indígenas, africanos e descendentes de escravos à terra, estabelecendo uma marca insuperável de desigualdade na sociedade, caracterizada pela marginalização desses povos presente no espaço social até os dias atuais (IBGE, 2020).

Entre os anos de 1889 e 1964, as questões de legitimação de posse de terras foram “deixadas em segundo plano”, enfatizando um período de desinteresse com a estrutura fundiária no país (SILVA, 1997; MORISSAWA, 2001 apud FILHO & FONTES, 2009). Todavia, as primeiras discussões sobre Reforma Agrária datam do início das décadas de 1950-1960, período de importante transição socioeconômica brasileira, em que o país caminhava “em direção à industrialização e urbanização” (BOSETTI, 2018, p. 82).

Havia uma acirrada reivindicação popular pelas “reformas de base”, a qual passa pela “questão agrária², isto é, “[...] sobre a necessidade ou não de uma reforma agrária no Brasil como condição para a modernização da agricultura e a solução da questão política no campo” (NATIVIDADE, 2013, p.135)

Com o Golpe civil-militar, toda a luta e manifestação pró-reforma agrária dos movimentos sociais rurais foi fortemente silenciada, por meio da violência e

² “A questão agrária é, em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. Esse bloqueio pode se manifestar de vários modos. Ele pode se manifestar como redução da taxa média de lucro, motivada pela importância quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas. Não é manifestamente o caso brasileiro, ou não o é especialmente, embora também o seja de um modo indireto (MARTINS, 1999, p.99-100).

repressão, ficando limitada ao parlamento (NATIVIDADE, 2013). Optou-se pela modernização da agricultura, a partir da manutenção da estrutura fundiária, ou seja, a partir do latifúndio. “Claro que o processo de discussão em torno da questão agrária durante o primeiro governo militar foi totalmente esvaziado e institucionalizado” (NATIVIDADE, 2013, p.124).

Em novembro de 1964, durante o governo do Mal. Castello Branco, instituiu-se a Lei nº 4504, a primeira lei sobre a Reforma Agrária no Brasil - popularmente conhecida por Estatuto da Terra, o qual dispõe sobre a Reforma Agrária e a promoção da Política Agrícola (BRASIL, 2021).

Conforme o §1º, do art. 1º do Estatuto da Terra, “considera-se Reforma Agrária³ o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964, n.p), portanto, são medidas destinadas a promover a divisão da propriedade e da renda fundiária e melhorar as condições da população do campo (CRUZ, 2005).

Esta lei introduziu conceitos importantes relacionados à questão agrária, abordando ideias de justiça social e função social da terra (BRASIL, 1964). A somar, originou ainda uma vasta gama de leis que objetivaram a regulamentação da “reforma agrária, salário mínimo, moradia rural, colonização, uso temporário do solo, posse e política agrícola tributária” (IBGE, 2020, p.46).

O foco principal estava relacionado ao desenvolvimento rural, a partir da promoção de políticas agrícolas, integrando os setores industriais ao processo produtivo da agricultura, dando origem aos Complexos Agroindustriais. Isso provocou profundas transformações na agropecuária, seja nas relações entre trabalho, produção e capital.

Desta forma, não diminuição da concentração de terras com o reconhecimento da função social da terra, e se mostrou retrógrada ao não regulamentar a desapropriação de terras que ultrapassassem o limite de módulos fiscais, fortalecendo o chamado “latifúndio produtivo” (FILHO & FONTES, 2009).

Em 1966, houve o lançamento do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária do Brasil, entretanto, nunca foi colocado em prática. Posteriormente, criou-se

³ Também, entende-se pelo conjunto de reformas parciais, sendo elas, fundiária, agrícola, rural e das relações de poder, importantemente fundamentadas nas questões agrícolas e fundiárias (CRUZ, 2005).

o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a responsabilidade de tratar as questões fundiárias no país, entre elas colonizar as terras da região Centro-Oeste e Norte, até então pouco habitadas. Este projeto também não se desenvolveu.

Com o fim da Ditadura Civil-Militar e a redemocratização, o tema da reforma agrária retornou à discussão. A reorganização da sociedade civil que trouxe visibilidade a questões da violência no campo e conflitos agrários, principalmente por meio de movimentos sociais pró-reforma agrária, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁴ (SILVA et al., 2003).

A promulgação da Constituição Brasileira de 1988 apresentou um plano agrário progressista ao reconhecer a função social e indicar pressupostos de desapropriação, porém, contém traços conservadores ao disciplinar os direitos agrários básicos, como a posse de terra rural e direito à propriedade (CRUZ, 2005).

Ademais, a década de 1990 não apresentou, legal e politicamente, ações que possibilitassem mudanças em relação à desconcentração de terras (OLIVEIRA et al., 2005, apud FILHO & FONTES, 2009). De maneira geral, a concentração fundiária brasileira se intensificou a partir dos avanços capitalistas na agricultura, que, trabalhando em benefício de grandes propriedades, resultaram no detrimento de pequenos estabelecimentos e na possibilidade de compra de terras com fins especulativos⁵ (SILVA, 1980; CASTRO; 1982 apud FILHOS & FONTES, 2009).

A Figura 1 ilustra a atual estrutura fundiária brasileira, no que diz respeito a grupos de área, quantidades (unidades) e área dos estabelecimentos (ha). O Brasil possui um total de 5.072.152 estabelecimentos rurais, correspondendo a 350.253.329 ha. Cerca de 2.806.201 estabelecimentos rurais possuem até 20 ha, correspondendo a 55% do total de estabelecimentos, e ocupam apenas 17.351.789 ha, ou seja, 4,95% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país.

⁴ O MST, oficialmente criado em 1984, durante o período de redemocratização do Brasil, possui como principal objetivo a reforma agrária, seja pela substituição do modelo agrário latifundiário por um modelo mais igualitário, ou pela distribuição das terras que não desempenham sua função social pré-estabelecida (MORAES, 2019).

⁵ Entende-se por estabelecimentos adquiridos como fundo de reserva e proteção contra ataques inflacionários, e não para fins produtivos (SILVA, 1980; CASTRO, 1982, apud FILHO & FONTES, 2009).

Figura 1 - Estrutura Fundiária do Brasil (2017)

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL - 2017				
GRUPOS DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS		ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	
	Unidades	%	Hectares	%
Total	5.072.152	100	350.253.329	100
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	75.121	1,48	3.296	0,001
De 0,1 a menos de 0,2 ha	54.800	1,08	7.639	0,002
De 0,2 a menos de 0,5 ha	174.551	3,44	58.570	0,017
De 0,5 a menos de 1 ha	303.467	5,98	208.029	0,059
De 1 a menos de 2 ha	467.982	9,23	593.299	0,169
De 2 a menos de 3 ha	336.539	6,64	747.964	0,214
De 3 a menos de 4 ha	260.741	5,14	839.454	0,240
De 4 a menos de 5 ha	220.145	4,34	964.189	0,275
De 5 a menos de 10 ha	650.432	12,82	4.566.674	1,304
De 10 a menos de 20 ha	730.405	14,40	10.202.129	2,913
De 20 a menos de 50 ha	855.561	16,87	26.652.077	7,609
De 50 a menos de 100 ha	393.949	7,77	26.929.140	7,688
De 100 a menos de 200 ha	218.576	4,31	29.355.325	8,381
De 200 a menos de 500 ha	146.877	2,90	44.809.304	12,793
De 500 a menos de 1.000 ha	54.683	1,08	37.864.983	10,811
De 1.000 a menos de 2.500 ha	34.185	0,67	51.600.088	14,732
De 2.500 a menos de 10.000 ha	14.280	0,28	63.027.750	17,995
De 10.000 ha e mais	2.400	0,05	51.823.420	14,796
Produtor sem área	76.671	1,51	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - Organização: Eduardo Paulon Girardi

Fonte: GIRARDI, 2019

Utilizou-se dados do IBGE - Censo Agropecuário 2017 para a elaboração da Quadro 1, o qual apresenta a estrutura fundiária da Mesorregião Oeste Catarinense e suas microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba e Concórdia, importantes para o desenvolvimento de estudos futuros no que diz respeito à caracterização dos estabelecimentos da região com potencial de adotar práticas da agroecológicas, como alternativa especialmente devido a existências de milhares de pequenos estabelecimentos agropecuários.

Quadro 1 - Estrutura Fundiária dos municípios do Oeste Catarinense.

		Estabelecimentos Agropecuários	Área dos estabelecimentos agropecuários
Microrregião	Grupos de área total	(Unidades)	(Hectares)
São Miguel do Oeste	Total	14.777	349.655
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	7	X
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	15	2
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	40	13
	De 0,5 a menos de 1 ha	67	41
	De 1 a menos de 2 ha	252	322
	De 2 a menos de 3 ha	325	733

	De 3 a menos de 4 ha	588	1.890
	De 4 a menos de 5 ha	483	2.083
	De 5 a menos de 10 ha	2.814	20.547
	De 10 a menos de 20 ha	5.242	73.425
	De 20 a menos de 50 ha	3.847	113.497
	De 50 a menos de 100 ha	717	47.589
	De 100 a menos de 200 ha	251	33.599
	De 200 a menos de 500 ha	99	29.171
	De 500 a menos de 1.000 ha	22	15.084
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	8	X
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-
	De 10.000 ha e mais	-	-
	Total	23.196	482.116
Chapecó	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	50	2
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	62	8
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	142	45
	De 0,5 a menos de 1 ha	270	171
	De 1 a menos de 2 ha	744	943
	De 2 a menos de 3 ha	1.109	2.504
	De 3 a menos de 4 ha	953	3.129
	De 4 a menos de 5 ha	1.034	4.575
	De 5 a menos de 10 ha	4.833	35.014
	De 10 a menos de 20 ha	7.238	100.910
	De 20 a menos de 50 ha	5.245	155.397
	De 50 a menos de 100 ha	1.059	70.730
	De 100 a menos de 200 ha	289	38.667
	De 200 a menos de 500 ha	128	36.735
	De 500 a menos de 1.000 ha	32	X
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	8	X
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-
De 10.000 ha e mais	-	-	
	Total	9.186	382.296
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	39	2
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	26	3
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	54	16
	De 0,5 a menos de 1 ha	132	78
	De 1 a menos de 2 ha	307	355

Xanxerê	De 2 a menos de 3 ha	324	720
	De 3 a menos de 4 ha	294	953
	De 4 a menos de 5 ha	378	1685
	De 5 a menos de 10 ha	1.285	9.546
	De 10 a menos de 20 ha	3.183	44.234
	De 20 a menos de 50 ha	2.029	61.171
	De 50 a menos de 100 ha	578	39.673
	De 100 a menos de 200 ha	285	38.386
	De 200 a menos de 500 ha	172	52.196
	De 500 a menos de 1.000 ha	57	40.336
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	34	48.579
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	8	X
	De 10.000 ha e mais	1	X
Joaçaba	Total	14.603	708.134
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	26	1
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	50	6
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	59	17
	De 0,5 a menos de 1 ha	98	62
	De 1 a menos de 2 ha	255	317
	De 2 a menos de 3 ha	348	785
	De 3 a menos de 4 ha	590	1.899
	De 4 a menos de 5 ha	483	2.187
	De 5 a menos de 10 ha	2.008	14.928
	De 10 a menos de 20 ha	4.374	64.457
	De 20 a menos de 50 ha	4.166	127.471
	De 50 a menos de 100 ha	1.221	82.805
	De 100 a menos de 200 ha	447	60.669
	De 200 a menos de 500 ha	285	90.344
	De 500 a menos de 1.000 ha	113	78.117
	De 1.000 a menos de 2.500 ha	54	78.113
	De 2.500 a menos de 10.000 ha	26	105.954
	De 10.000 ha e mais	-	-
Concórdia	Total	10.943	239.683
	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	14	1
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	13	2
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	45	14
	De 0,5 a menos de 1 ha	79	50

De 1 a menos de 2 ha	181	223
De 2 a menos de 3 ha	202	458
De 3 a menos de 4 ha	487	1.586
De 4 a menos de 5 ha	356	1.591
De 5 a menos de 10 ha	1.991	14.607
De 10 a menos de 20 h	3.742	53.060
De 20 a menos de 50 ha	3.135	92.641
De 50 a menos de 100 ha	522	33.350
De 100 a menos de 200 ha	125	16.777
De 200 a menos de 500 ha	36	9.169
De 500 a menos de 1.000 ha	10	6.811
De 1.000 a menos de 2.500 ha	4	X
De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	X
De 10.000 ha e mais	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

Dado o exposto, a distribuição dos estabelecimentos rurais no Oeste Catarinense é resultante do seu contexto de ocupação e povoamento brasileiro, apresentando uma realidade rural baseada em pequenos estabelecimentos agropecuários.

3.3 A categoria Agricultura Familiar no Brasil

A agricultura familiar, hoje reconhecida em muitos debates, há muito foi desconsiderada para o desenvolvimento rural no Brasil. Com a modernização da agricultura ou a chamada Revolução Verde, processo que impactou significativamente a sociedade brasileira, tanto nas relações de produção, êxodo rural, como pela degradação ambiental que provocou (INSTITUTO GIRAMUNDO, 2009), a agricultura familiar camponesa resistiu maneira árdua em diversas regiões ao longo dos anos, e até hoje possui grande importância para a segurança alimentar do país.

A permanência da agricultura familiar foi questionada por diversos autores. Contudo, após a Ditadura Civil-Militar, essa prática começou a receber recursos que possibilitaram aos produtores resultados benéficos, principalmente, através da criação da EMBRAPA, da implementação da transferência de tecnologia e da

criação do PRONAF em 1996. Logo, o contraste entre a produção em grande e em pequena escala foi desencadeado (SCHMITZ;MOTA, 2007).

A agricultura familiar utiliza uma multiplicidade de meios para organizar a produção. Muitos agricultores desenvolvem estratégias que podem ou não demandar de mais capitalização e tecnologia, sendo que, diferentes inserções no mercado são necessárias para a produção, entretanto, há outros que apenas trabalham de forma simples e com pouca tecnologia (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2007).

Segundo o Instituto Giramundo (2009), a agricultura familiar tem grande capacidade de manejar de forma sustentável os agroecossistemas, já que possui aptidão para a gestão dos recursos naturais, que garantem a preservação da biodiversidade, agrobiodiversidade e dos sistemas agrícolas complexos, diferentemente da exploração empresarial.

A categoria agricultura familiar surge na década de 1990, a fim de substituir termos como “campesinato”, “camponês”, “pequena produção”, “agricultura de subsistência” ou “agricultura de baixa renda” (CAUME, 2009). Neves (2002, p.137) destaca que a agricultura familiar é “uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político” , sendo resultado da mobilização de movimentos sociais nos anos 1990.

Ainda, para Wanderley (1997, p.10), “a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares”, mas que tem a família o alicerce estruturador da produção, do consumo e das relações de mercado (INSTITUTO GIRAMUNDO, 2009).

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e caracterizou o agricultor familiar como proprietário ou não proprietário de terras, desde que não haja a posse, a qualquer título, de uma área maior que quatro módulos fiscais⁶. Além disso, destaca-se que esse proprietário deve utilizar, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades econômicas de suas instituições ou empreendimentos, e que a renda da família deve ser proveniente de atividades econômicas

⁶ A classificação dos imóveis rurais é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, sendo os minifúndios com área inferior a 1 módulo fiscal, pequenas propriedades com área entre 1 e 4 módulos fiscais, médias propriedades com área superior a 4 e até 15 módulos fiscais e grandes propriedades com área superior a 15 módulos fiscais. No município de Xanxerê-SC, de acordo com índices básicos de 2013, um módulo fiscal equivale a 18 ha (INCRA, 2021).

relacionadas à organização ou ao próprio empreendimento. A somar, são considerados beneficiários desta Lei, os assentados rurais, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (BRASIL, 2006, s.p).

A mesorregião do Oeste Catarinense abrange 118 municípios, e a população residente, a partir da contagem da população pelo IBGE no ano de 2010, era de 1.152.766 habitantes. Nesta região, a agricultura familiar e/ou as pequenas propriedades agropecuárias são a base da formação social e econômica da região, sendo tal segmento principal agente das transformações regionais desde o século XX (KONRAD; SILVA, 2012).

Abaixo, nas quadros 2 e 3, visualiza-se, respectivamente, a produção animal e vegetal na região da AMAI. Destaca-se a produção de aves e suínos, bovinocultura de leite, e a produção de aveia, feijão, milho, soja, trigo, da erva-mate etc.

Quadro 2 - Produção Agropecuária - Associação Municípios Alto Irani (AMAI).

Número de estabelecimentos agropecuários com produção no ano e Valor da produção no ano por tipo de produção e agricultura familiar						
Município	Tipo de produção					
	Total	Animal	Grande porte	Médio porte	Aves	Pequenos animais
Abelardo Luz (SC)	1747	1417	1144	651	865	40
Bom Jesus (SC)	155	123	89	8	77	17
Entre Rios (SC)	412	383	199	162	355	2
Faxinal dos Guedes (SC)	385	334	293	188	240	6
Ipuaçu (SC)	488	429	305	174	341	56
Lajeado Grande (SC)	161	150	142	75	116	17
Marema (SC)	334	321	302	162	229	38
Ouro Verde (SC)	328	261	187	119	195	2
Passos Maia (SC)	510	478	377	197	430	157
Ponte Serrada (SC)	291	262	207	163	199	76
São Domingos (SC)	746	644	583	404	515	29
Vargeão (SC)	248	218	192	86	69	37
Xanxerê (SC)	520	419	368	115	212	28
Xaxim (SC)	952	810	727	323	362	63

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Quadro 3 - Produção Agropecuária - Associação Municípios Alto Irani (AMAI).

Número de estabelecimentos agropecuários com produção no ano e Valor da produção no ano por tipo de produção e agricultura familiar				
Município	Tipo de produção			

	Total	Vegetal	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Horticultura
Abelardo Luz (SC)	1747	1646	8	1605	823
Bom Jesus (SC)	155	135	2	117	69
Entre Rios (SC)	412	374	1	314	237
Faxinal dos Guedes (SC)	385	378	22	349	320
Ipuaçu (SC)	488	478	27	448	303
Lajeado Grande (SC)	161	159	24	127	144
Marema (SC)	334	317	3	257	249
Ouro Verde (SC)	328	316	6	282	229
Passos Maia (SC)	510	502	13	470	440
Ponte Serrada (SC)	291	262	7	231	135
São Domingos (SC)	746	726	12	689	540
Vargeão (SC)	248	225	34	204	71
Xanxerê (SC)	520	446	19	379	286
Xaxim (SC)	952	902	82	761	711

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

3.4 Agronegócio brasileiro

O conceito de agronegócio (*agrobusiness*) foi elaborado nos anos 1950, por David e Goldberg. Segundo estes, tratava-se de um “complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças” (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 48).

O avanço do sistema produtivo do agronegócio tem como base de desenvolvimento o trabalho assalariado, a produção de grande escala de monoculturas, o uso intenso de agrotóxicos⁷, insumos químicos e da mecanização, além de sementes geneticamente modificadas.

Segundo Barros (2018, p.02), “o agronegócio refere-se à cadeia produtiva como um todo, cadeia longa, que vai do segmento de insumos e serviços à produção aos processadores industriais, atividades de logística e distribuidores para os mercados internos e externos”.

Desta forma, o conceito de agronegócio engloba os produtores agrícolas, os processadores, fornecedores de bens e negócios, distribuidores e transformadores, que juntos envolvem a geração e o fluxo da produção agrícola, pecuária e florestal

⁷ “O Brasil consome cerca de 20% de todo agrotóxico comercializado (PELAEZ et al, 2015) [...] O consumo total de agrotóxicos no Brasil saltou de cerca de 170.000 toneladas no ano de 2000 para 500.000 toneladas em 2014, ou seja, um aumento de 135% em um período de apenas 15 anos” (BOMBARDI, 2017, p. 33).

até o consumidor. Além disso, participam do agronegócio os agentes que coordenam a movimentação de serviços e produtos, bem como mercados, entidades financeiras e comerciais, serviços, além dos agricultores familiares, vinculados principalmente ao Complexo Agroindustrial em diferentes modalidades (EMBRAPA, 2004).

Embora atualmente as propostas de definições de agronegócio sejam concretas, foi a partir dos anos de 1970 que o agronegócio passou a ocupar um papel importante no desenvolvimento brasileiro, na produção agropecuária e movimentando a indústria de insumos e prestação de serviço (EMBRAPA, 2004).

Ao longo dos anos, todo o processo de crescimento do Agronegócio esteve baseado em dois pilares: aumento contínuo da produtividade, decorrente da utilização da ciência no desenvolvimento de tecnologias, e maior eficiência dentro das cadeias produtivas, num contexto de competição no exterior.

Percebe-se então, que o setor industrial possui grande relação com o Agronegócio, resultando “tanto no avanço da tecnologia de produção, colheita e armazenagem, quanto na crescente complexidade do processamento e geração de valor de produtos e matérias primas para os mercados interno e externo” (BARROS, 2018, p.08).

Desta forma, não tem como entender o campo brasileiro sem o Latifúndio e Agronegócio, ambos estão associados e são agentes produtores do espaço geográfico, contribuem para a territorialização do capital no campo e suas consequências, como êxodo rural, pobreza rural, conflitos agrários e a concentração de terras.

No caso da questão agrária brasileira, é indispensável considerar latifúndio e agronegócio como componentes de um mesmo território, pois, apesar de serem distintos, atuam conjuntamente no campo brasileiro no agravamento dos problemas agrários: um exclui pela improdutividade; o outro, pela superprodução. Latifúndio e agronegócio agem de forma cooperada. É principalmente na fronteira agropecuária brasileira que a parceria entre latifúndio e agronegócio é mais evidente: o latifúndio precede o agronegócio, uma prática é substituída pela outra, ambas fazendo frente ao campesinato (GIRARDI, 2008, s.p).

3.5 A industrialização da agricultura no Brasil

Historicamente, o cenário da agricultura brasileira é marcado por contradição (SILVA; BOTELHO, 2014). Por um lado, tem-se a alta produtividade e a força do

agronegócio, seja para exportação ou consumo interno. Todavia, os problemas rurais, como a pobreza, a concentração de terras e as disparidades regionais acontecem simultaneamente aos bons resultados do setor agrícola. Ainda na perspectiva dos autores, para a compreensão da ambiguidade dessa questão deve-se analisar não apenas o presente, mas também o passado e o processo histórico das transformações da tecnologia na industrialização da agricultura no país.

No Brasil, o processo de modernização da agropecuária foi profundo e modificou a base técnica e produtiva, transformando as relações de capital, de trabalho e de produção (GRAZIANO DA SILVA, 1996; GONÇALVES NETO, 1997 apud KONRAD; HESPANHOL, 2016). Esse processo, iniciado na década de 1950 e acentuado em 1960 com a Revolução Verde, que norteou a pesquisa e o desenvolvimento de sistemas de produção agrícolas mais modernos, objetivando aumentar a produção agrícola e a rentabilidade em diferentes situações ecológicas (MATOS, 2011).

O Estado foi responsável por planejar políticas, orientar e regular certos setores através de créditos e subsídios, tornando-o assim um importante agente planejador e financiador da política desenvolvimentista brasileira (KONRAD; HESPANHOL, 2016).

Considerado como o pilar central do novo padrão produtivo, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), implantado na metade da década de 1960, auxiliou agricultores a aplicarem, de maneira prática, as novas tecnologias através da disponibilidade de créditos com juros subsidiados (PLEIN, 2006).

Para além, o investimento na promoção das inovações tecnológicas e dos institutos de pesquisas por parte do Estado, com a criação a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1972 e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) em 1974, foram muito importantes para o conjunto de instrumentos e ações que ocasionaram a transformação da base técnica da produção agrícola (KONRAD; HESPANHOL, 2016).

Com o aumento significativo da urbanização e da industrialização no Brasil, a exigência por alimentos e matérias primas disponíveis expandiu do mesmo modo, fazendo com que a modernização do setor agrário se tornasse extremamente necessária. Um dos maiores entraves para esse desenvolvimento se encontrava na estrutura fundiária, onde grande parte das propriedades se concentravam nas mãos de uma minoria e muitas das terras eram improdutivas (TEIXEIRA, 2005).

Assim, é somente na década de 1970 que a agricultura passou a suprir as necessidades da sociedade urbana-industrial, passando por uma aceleração da modernização jamais vista antes no país (TEIXEIRA, 2005). O país já possuía um conjunto de setores industriais e agrícolas dependentes entre si que poderiam ser designados como um complexo agroindustrial⁸ (MÜLLER, 1989, apud SILVA; BOTELHO, 2014). Nota-se que, o campo brasileiro mudou com o avanço do uso da tecnologia mecânica, fertilizantes artificiais e agrotóxicos e o êxodo rural (TEIXEIRA, 2005).

Nas décadas de 1980 e 1990, o contexto social, cultural e econômico mudou radicalmente, posto que o incentivo através do crédito agrícola foi reduzido, tornando a modernização ainda mais excludente, principalmente com o uso de tecnologias consideradas novas, tais como a informática, biotecnologia e a microeletrônica (TEIXEIRA, 2005).

O processo de industrialização da agricultura no Brasil teve caráter seletivo. A modernização provocou intensa diferenciação entre as regiões, uma vez que concentrou-se basicamente na região Centro-Sul, principalmente no Sul e Sudeste. Além disso, ampliou a exclusão de grupos sociais, visto que, com o favorecimento de algumas culturas (café, cana-de-açúcar e soja), com o uso de tecnologias e com o crédito que favorecia grandes produtores, a agricultura se tornou cara e gerou o êxodo rural de pequenos produtores (TEIXEIRA, 2005).

O estado de Santa Catarina participou do contexto de modernização nacional da agricultura devido às suas características de colonização, baseada em pequenas propriedades rurais e presença de agroindústrias. Porém, a modernização não ocorreu de maneira uniforme em todas as regiões do Estado, pois algumas das regiões e microrregiões mais modernizadas, entre elas o Oeste Catarinense, continuaram a se destacar, através do desenvolvimento de cultura de fumo, aves e suínos, associadas a agroindústrias (ESPÍRITO SANTO, 1998).

As políticas públicas, especialmente o crédito rural e os juros subsidiados, facilitaram a adesão ao novo modelo, integrando cada vez mais os agricultores familiares ao capital agroindustrial. Porém, a manutenção da agricultura subsidiada foi comprometida com a crise fiscal nas décadas de 1970 e 1980 (KONRAD;

⁸ O termo complexo agroindustrial refere-se ao desenvolvimento de atividades ligadas à indústria, caracterizando-se pela intensificação de trocas intersetoriais e da divisão do trabalho, e pela substituição de exportações para atender ao mercado interno (KAGEYAMA, 1990 apud PALENCIA, 2016).

HESPANHOL, 2016). Conseqüentemente, no caso da suinocultura, as agroindústrias começaram “o processo de seleção/concentração/exclusão de suinocultores familiares” (MIOR, 2005, p.87), gerando uma crise na agricultura familiar da região Oeste (TESTA et al.,1996).

A comercialização de leite *in natura* tornou-se uma atividade alternativa para sobreviverem no campo e se inserirem socioeconomicamente (MIOR,1992 e 2005; TESTA et al.,1996, MELLO, 1998). A atividade leiteira logo mostrou-se uma importante atividade estratégica para o desenvolvimento local/regional e para a agricultura familiar, sobretudo para as famílias marginalizadas (MELLO; TESTA; SILVESTRO, 2004; KONRAD; HESPANHOL, 2016).

A partir dos anos 2000, uma nova geração de políticas públicas têm fortalecido a difusão das cooperativas e associações ligadas a agricultura familiar, uma vez “que se preocupam com o desenvolvimento endógeno do território e da região, a qualidade de vida e a permanência do jovem no campo” (KONRAD; HESPANHOL, 2016, p.10).

Ademais, o Oeste Catarinense nos últimos anos se mostra cada vez mais plural e observa-se uma valorização da produção artesanal da agricultura familiar muito ligada ao surgimento de novas redes de desenvolvimento rural (MIOR, 2005), sendo a agroecologia uma alternativa viável para agricultores familiares.

3.6 A emergência da Agroecologia

Apesar da melhoria da produtividade de certas atividades agrícolas, a modernização da agropecuária acentuou alguns problemas ambientais, como desgaste do solo, a perda da biodiversidade e do conhecimento tradicional, contribuiu com o inchaço das cidades e o empobrecimento dos agricultores, além de promover a concentração de terras e de renda.

Diante deste cenário, o movimento da agroecologia emerge como uma forma de subversão ao atual sistema destrutivo, substituindo produtos químicos por produtos biológicos (BURIGO et al., 2019, p. 44) e buscando uma agricultura alternativa ao modelo da modernização da agricultura. Segundo Foss e Finatto (2020, p. 89), “ganha destaque enquanto alternativa para aumentar a autonomia relativa dos agricultores”.

Para a Rede Ecovida, a agroecologia é definida como um

Processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os(as) agricultores(as) desenvolvem suas atividades sem agredir o ambiente, tornando-se independentes dos “pacotes tecnológicos” com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde os(as) trabalhadores(as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada (CEPAGRI, 1998 apud ARL, 2007, p.29).

Além disso, é uma “[...] forma de viver e produzir alimentos com maior cooperação e cuidado com a natureza, realizando a produção de alimentos saudáveis em um tipo de desenvolvimento que melhore a vida de toda a humanidade” (VARGAS e SILVA, 2016, p. 58)

Hecht (1999) afirma que o uso contemporâneo do termo agroecologia remonta dos anos 1970, enquanto a ciência e a prática agrícola já eram realizadas por populações indígenas e africanas nos primórdios da agricultura. Importante ressaltar que, isso não significa um retorno ao passado, mas um resgate de conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização deste conhecimento (GLIESSMAN, 2005) construído ao longo da história da humanidade em áreas pequenas e médias com diversidade de plantas cultivadas e presença de animais (VARGAS e SILVA, 2016), juntamente com a utilização de tecnologias avançadas integradas.

“A Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável” (GLIESSMAN, 2000, p.54). Assim, mediante a metodologia de base agroecológica, a qual é fundamentada na sustentabilidade a longo prazo, o cultivo e as comunidades produtoras são sustentados, bem como permite a redução dos insumos externos comprados e impactos provenientes do uso (GLIESSMAN, 2000).

Ao priorizar o equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e organismos e os seres humanos, a abordagem agroecológica inclui dimensões ecológicas, sociais e culturais (ALTIERI, 2004). A prática agroecológica considera “o meio ambiente de forma holística, reconstituindo a biodiversidade e reabilitando terras degradadas” (BURIGO et al., 2019, p. 88).

Diante da crise ambiental, o aumento de doenças cancerígenas etc, a produção agroecológica se apresenta como alternativas sustentáveis e viáveis para a promoção da salutogênese. Assim, é possível associar-se ao conceito de salutogênese, criado pelo sociólogo israelense-americano Aaron Antonovsky, o qual acredita que o recurso de saúde provém de capacidades cognitivas do próprio indivíduo integradas à comunidade. O entendimento do contexto vivenciado, crenças individuais e motivação coletiva são fundamentais para a compreensão e transformação do ambiente, da qual a agroecologia se torna um instrumento (ABREU; ALONZO, 2018).

No âmbito da saúde humana, a produção agroecológica fornece diferentes nutrientes em uma variedade de alimentos, tanto para agricultores familiares quanto para quem os acessa por meio de feiras locais (JOHNS et al., 2013 apud BURIGO et al., 2019, p. 86).

A partir de organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, associações e organizações de agricultores familiares, surgiram várias iniciativas para promover uma agricultura alternativa nas distintas regiões do país⁹. Mas, somente, a partir de 2003 da Lei n. 10.831 se estabeleceu um marco regulatório da agricultura orgânica no Brasil, considerando outros sistemas alternativos como agroecológico, permacultura, regenerativo, biodinâmico, natural, ecológico etc (LIMA et al., 2020).

Torna-se importante ressaltar, a conceituação do sistema orgânico de produção e a produção de base agroecológica. O sistema orgânico de produção é definido pelo art. 1º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, em que emprega-se

sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003, s.p).

Enquanto a Agroecologia,

⁹ Sobre a trajetória do movimento agroecológico e da produção de orgânicos no Brasil, ver mais em Brandenburg (2002), Luzzi (2007), Sambuichi et al. (2017) e Schmitt et al. (2017).

busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação (BRASIL, 2007, s.p).

3.7 Agroecologia no Oeste de Santa Catarina

O espaço rural da região Oeste de Santa Catarina configura-se em torno da existência de capital agroindustrial global, desenvolvido e fortalecido com o surgimento da revolução verde em meados da década de 1970, período no qual “acelerou-se o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional e resultou num conjunto de fatores que modificou em grande escala o espaço rural na região” (RODRIGUES; SIMÕES, 2017, p.03). A introdução de maquinários e da industrialização, permitiu a integração dos agricultores familiares à lógica do mercado, principalmente, relacionada à cadeia de aves e suínos (RODRIGUES; SIMÕES, 2017).

Segundo Mattos (2019), as mudanças sociais e de paisagens que modificaram o cenário do Oeste Catarinense nos últimos 100 anos, geraram significativos impactos no ambiente. Este processo de colonização descreve a participação de vários agentes sociais, em um primeiro momento o caboclo, o qual também pode ser identificado pela agricultura familiar por desempenhar um papel importante neste processo, uma vez que foi resistente aos métodos econômicos que os colonizadores implementavam nesta região. Assim, a agricultura familiar é fundamental para a compreensão do meio rural e ambiental do Oeste Catarinense, uma vez que abrange transformações sociais, culturais e econômicas, tendo em vista que a região abriga diversas atividades agropecuárias.

Percebe-se então, que o espaço rural da região Oeste possui duas realidades: de um lado, a agricultura que é subordinada à lógica do capital, por outro, uma agricultura que resiste à essa lógica imposta pelo mercado do agronegócio, fazendo um papel de resistência, em uma ressignificação da relação sociedade-natureza, dos saberes tradicionais, familiares e culturais presentes na agroecologia (RODRIGUES; SIMÕES, 2017).

Além disso, a agricultura familiar é destaque na produção do espaço rural do Oeste de Santa Catarina e é a responsável por suprir a necessidade, não apenas do setor agroalimentar, mas também de feiras coloniais e agroecológicas, e de algumas

redes de supermercados de cidades da região (MATTOS, 2019). Como exemplo de organizações de agricultura familiar, apresenta-se a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF), a qual articula a luta social e política integrada à organização sindical em torno do projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário, tendo ligação com a Central Única dos Trabalhadores(as) (CUT-SC / CUT-Brasil). Essa federação, é estruturada a partir de sindicatos municipais, a exemplo dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Sintraf) regionais, Fetraf-SC, Fetraf-Sul e Contraf-Brasil. Com essas articulações, a agricultura familiar torna-se um espaço representativo nas negociações com os governos municipais, estaduais e federal, além de organizar projetos em conjunto com a sociedade por meio de grupos de produção, núcleos comunitários, associações e cooperativas.

No município de Chapecó, por exemplo, há o predomínio das pequenas propriedades e da atividade agrícola familiar. Embora a colonização dessa região seja recente, quando comparada à outras regiões do estado, ela pode desenvolver uma forte indústria agroalimentar, baseada em unidades de produção familiar. O processo de mudança social iniciado com o desenvolvimento da agricultura familiar teve como foco o panorama de microeconomia, no qual se estabeleceu a participação no desenvolvimento da região. Por isso, a agricultura familiar de Chapecó se destaca pela sua participação no mercado, incentivando a certificação e fiscalização dos produtos coloniais (MATTOS, 2019).

De acordo com Mattos (2019), a agroecologia relaciona-se de forma direta com a estrutura familiar, desempenhando o papel de fonte de renda principal, onde o produtor utiliza de feiras e mercados (renda primária) para comercializar produtos agroecológicos (renda secundária) e, segundo Badalotti (2003), o debate quanto ao desenvolvimento rural sustentável e a Agroecologia na Região Oeste é resultado de discussões realizadas entre técnicos, movimentos sociais, ONGs, grupos de agricultores e diferentes agentes ligados à agricultura familiar à exemplo de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos na Universidade Federal da Fronteira Sul, a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – APACO, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, dentre outros órgãos que puderam trabalhar na extensão rural e na formação dos agricultores.

A Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO) empenha-se à produção sustentável da produção familiar por escolha por meio do investimento em capital humano, treinamento, capacitação e conhecimento para os associados. A agricultura familiar do Oeste Catarinense cultiva produtos autossuficientes como arroz, batata, mandioca, amendoim, cebola, abóbora e hortaliças. No entanto, o produto destina-se a ser comercializado como fonte de renda, e, neste sentido, a APACO visa entender e conscientizar os pequenos produtores, sendo que a produção de alimentos autossuficientes também pode se tornar a principal fonte de renda.

Adicionalmente, no âmbito estadual, um projeto de transformação que integra Campo, Cidade e Floresta atuante na Terra Indígena Morro dos Cavalos (Palhoça - SC), local sagrado dos povos Guarani Mbyá, e com grande potencial de expansão são as Comunidades Agroecológicas do Bem Viver. O movimento do Bem viver é definido como

um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (ACOSTA 2016, p. 29).

Inicialmente, surgiu como uma ideia de Adão, indígena do Morro dos Cavalos, para a criação de um centro de formação que atendesse às demandas da comunidade e preservação da vida. Todos os meses, são plantados alimentos na agrofloresta por co-agricultores, já que são feitos em mutirões. Os alimentos colhidos são distribuídos em cestas toda semana em um local de troca de experiências, receitas e sonhos também.

Além destes, a campanha temporária “Agroecologia contra a fome” desenvolvida durante o período de pandemia do Sars-Cov-2, contribui para a sobrevivência de pequenos agricultores familiares ao comprar os alimentos produzidos por eles de forma sustentável e distribuí-los a quem vive em situação de Insegurança Alimentar (IA). Conforme Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil, conduzido pela Rede PENSSAN, com apoio do Instituto Ibirapitanga e parceria de ActionAid Brasil, FES-Brasil e Oxfam Brasil e publicado em 2021, 11,8 milhões de brasileiros, de um total de 211,7 milhões, conviviam com algum grau de IA, sendo leve, moderada ou grave. Diante do cenário, a campanha desenvolvida pelo Greenpeace, mediante a

plataforma de financiamento coletivo Benfeitoria, se torna bastante relevante, a qual, até maio de 2021, já havia beneficiado 9 estados, compreendendo Alagoas, Amazonas, Ceará, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Tocantins, com 14.597 kg de alimentos doados.

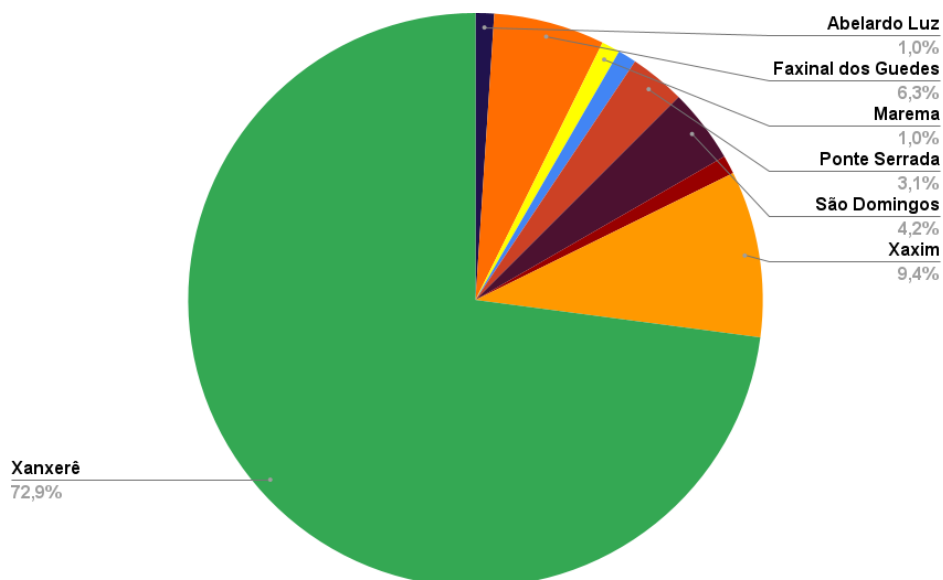
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o intuito de aprofundar acerca do termo “Agroecologia”, elaborou-se um estudo bibliográfico, de caráter crítico, com base em pesquisas e levantamento de dados secundários na literatura científica e de instituições. A partir dele, parte dos objetivos, como o conhecimento dos princípios da Agroecologia e estabelecimento de aproximações com a salutogênese, além de parâmetros da produção no Oeste Catarinense, foi alcançada.

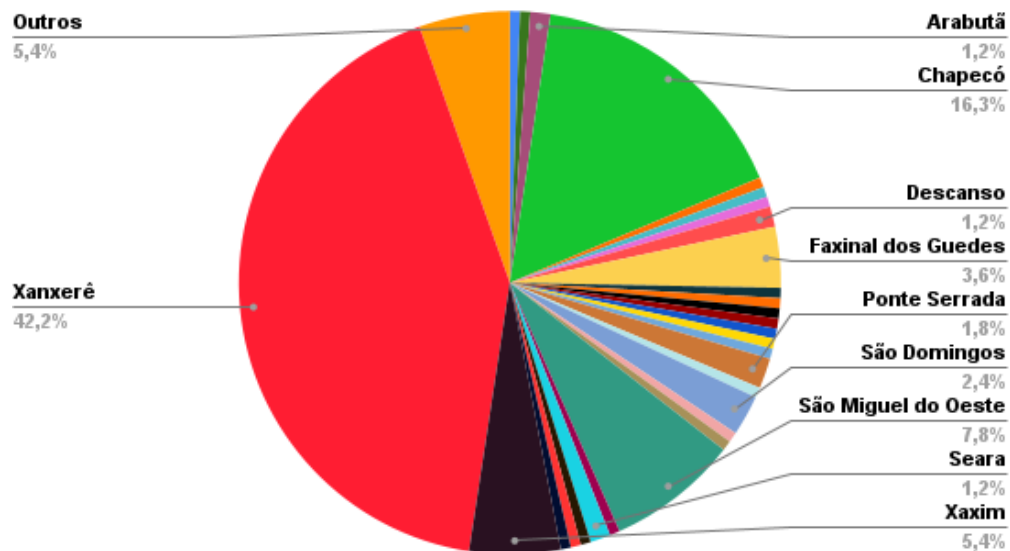
Para a análise do consumo de produtos agroecológicos no Oeste do estado de Santa Catarina, formulou-se um questionário mediante a plataforma *Google Forms* (Apêndice A), o qual obteve 166 respostas, destas 123 pessoas identificaram-se com o gênero feminino, 42 com o gênero masculino e uma pessoa optou por não informar. 12% das respostas apresentaram área rural como local de moradia, enquanto as demais, 88% afirmaram residir em área urbana.

Dos 166 respondentes, a maioria são habitantes dos municípios da região AMAI (Gráfico 1), e outros municípios do estado de Santa Catarina, bem como duas respostas do município São Paulo - SP, estando compreendido no Gráfico 2.

Gráfico 1 - Respostas provenientes da região da AMAI

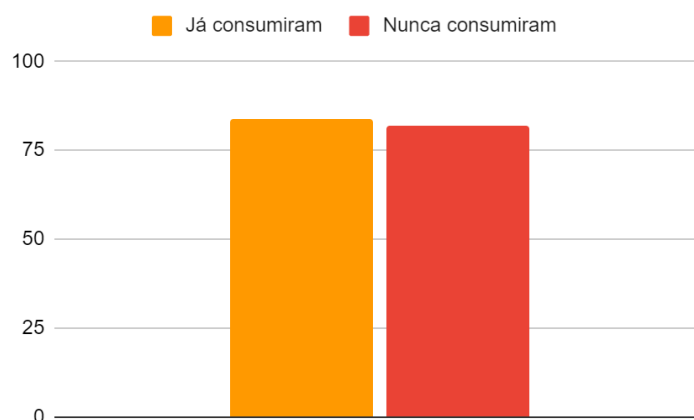


Fonte: elaborado por autoras, 2021.

Gráfico 2 - Respostas por município

Fonte: elaborado por autoras, 2021.

Em uma das questões realizadas, “Você sabe o que é Agroecologia?”, constatou-se haver diferença significativa entre as respostas de conhecimento ou não de agroecologia, porém, a quantidade de respostas que afirmam já terem ou não consumido produtos agroecológicos não mostra a mesma diferença, já que, quantitativamente, estão proporcionais, como pode ser observada no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Consumo de produtos agroecológicos

Fonte: elaborado por autoras, 2021.

Desse modo, ao compararmos o Gráfico 3 com as 78 respostas obtidas a

partir da pergunta “Quais produtos agroecológicos você já consumiu?”, nota-se que uma parcela dos respondentes que afirmam conhecer a agroecologia e seus produtos, de modo geral, apontam um real desconhecimento do que de fato é agroecologia a partir das respostas, ao citar como exemplos “grãos, massas” (RESPONDENTE 59, 2021), “produtos de higiene e limpeza” (RESPONDENTE 124, 2021), “ovo caipira, galinha caipira” (RESPONDENTE 141, 2021), “vinhos, medicamentos fitoterápicos, queijos” (RESPONDENTE 160, 2021).

Para mais, ao perguntar para os respondentes se existe alguma diferença entre produtos agroecológicos e orgânicos, pôde-se verificar que dos 166 respondentes, 108 dizem haver diferença, porém, dentre as respostas conceituais obtidas (94), encontrou-se divergências sobre suas reais definições. Segundo o Respondente 93 (2021),

o conceito de produção agroecológica é muito mais amplo do que o da produção orgânica. Um produto orgânico pode ser agroecológico ou não. A produção orgânica tem um enfoque maior no quesito de não utilizar produtos químicos (produção e consumo). Porém a produção agroecológica vai muito além. É um ato de resistência! Não é apenas uma forma de produzir diferente, mas também uma forma de pensar diversa. A agroecologia estuda toda a relação do homem com a natureza, visa a sustentabilidade ecológica, econômica, ética, cultural, política, e social. A agroecologia precisa iniciar na forma de pensar, de ver o mundo, e depois partir para a produção (RESPONDENTE 93, 2021).

Para o Respondente 57,

o produto orgânico é produzido de forma limpa, sem agrotóxicos, e dentro das normas permitidas para produção de produtos orgânicos. Produtos agroecológicos são orgânicos, mas vão além da produção em si, a todo um sistema cooperativo ao seu redor, às relações diretas com o consumidor, relações saudáveis com todos que trabalham, consciência com as questões ambientais, valores éticos (RESPONDENTE 57, 2021).

Observa-se, então, que ambas as respostas acima exemplificam visões que contribuem para a discussão e apresentam conformidade com os aspectos e pensamentos desenvolvidos sobre a agroecologia no presente trabalho. Entretanto, grande parte dos respondentes desconhecem o conceito e o que caracteriza a agroecologia, já que houve equívocos com a explicação da diferença entre produtos orgânicos e produtos agroecológicos. As justificativas de maior frequência afirmam, erroneamente, que “a agroecologia é uma imitação da natureza, sem muita intervenção do homem”, que “os produtos agroecológicos são produzidos em ambientes naturais e para sua produção são usados os recursos da natureza” e que

o seu plantio “é realizado com intuito de preservar o local onde a planta está e não interferir no seu desenvolvimento”.

Nesse contexto, as afirmações levam a entender que a agroecologia seria uma prática de cultivo de pequeno porte, que imita o processo natural de cultivo, sem qualquer intervenção humana, o que difere totalmente da discussão proposta ao longo da presente revisão bibliográfica. Logo, entende-se a importância de maior divulgação e presença da agroecologia na região Oeste Catarinense, seja por meio de trabalhos acadêmicos ou na extensão rural, para objetivar uma construção de conhecimento diversificada e que possibilite alternativas de produção mais sustentáveis do que as globalmente aplicadas.

Ainda, percebe-se uma confusão, entre os respondentes da questão “Quais as diferenças existentes entre produtos orgânicos e agroecológicos?”, sobre o termo *orgânico* quando comparado à agroecologia, pois constatou-se que a maioria dos respondentes afirmam que a produção orgânica é “sem agrotóxicos” ou “sem processo químico envolvido”, o que influencia diretamente na construção intuitiva do termo agroecologia. Dessa maneira, para esclarecer sobre o tema produtos orgânicos, Sousa et al. (2012, p. 513 - 514) afirma que

os alimentos orgânicos são definidos como aqueles alimentos in natura ou processados que são oriundos de um sistema orgânico de produção agropecuária e industrial. A produção de alimentos orgânicos é baseada em técnicas que dispensam o uso de insumos como pesticidas sintéticos, fertilizantes químicos, medicamentos veterinários, organismos geneticamente modificados, conservantes, aditivos e irradiação. A ênfase da produção está direcionada ao uso de práticas de gestão e manejo do solo que levam em conta as condições regionais e a necessidade de adaptar localmente os sistemas de produção. É importante destacar que, mesmo que a produção dos alimentos orgânicos não utilize esses insumos, não é possível garantir a ausência total de resíduos de contaminantes químicos, por problemas relacionados à contaminação ambiental com produtos persistentes e também por derivação e proximidade de propriedades convencionais (SOUSA et al., 2012, p. 513 - 514).

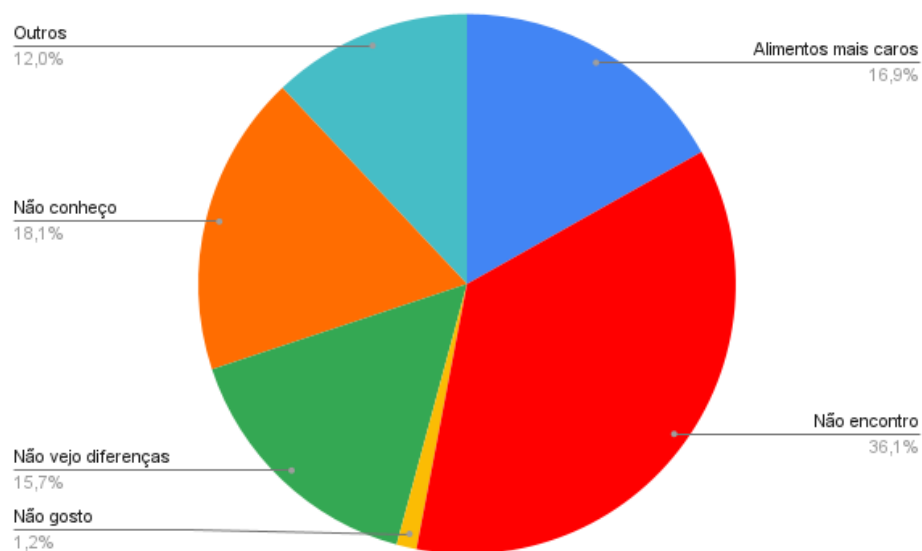
Portanto, mesmo os alimentos orgânicos serem produzidos dispensando o uso de agrotóxicos e substâncias químicas, a sua cadeia de produção não é isenta, com total garantia, de contaminantes químicos e agentes supracitados (transgenia, exploração humana do trabalho e outros subterfúgios que causam agressão natural nos meios de produção). Já na agroecologia, todo o processo de produção do alimento baseia-se na descontaminação da terra até a entrega do produto ao consumidor, assim, apresenta uma ideia de produção diferente do convencional,

visando a não transgênica e a não agressão do meio ambiente. Ainda, diferentemente de outros meios de produção, a agroecologia estuda toda a relação humana com a natureza, objetivando a sustentabilidade ecológica, econômica, ética, cultural, política, e social.

Adicionalmente, o Gráfico 4 apresenta os principais motivos do não consumo de produtos agroecológicos pelos respondentes. Observa-se que mais de 36% afirmou não encontrar produtos agroecológicos; 18,1% afirmou não conhecer produtos agroecológicos; 16,9% afirmaram que os produtos agroecológicos são mais caros; 15,7% não vê diferenças; 12% apontaram “Falta de conhecimento e divulgação desses produtos” ou ainda “não é uma prioridade para mim” e “nunca fui atrás”; 1,2% não gosta de produtos agroecológicos.

As respostas desta questão reforçam, o que já foi observado anteriormente, o desconhecimento da produção e comercialização agroecológicas, do ponto de vista teórico ou da dificuldade de encontrar produtos agroecológicos em seus municípios, como ilustraram os respondentes em: “Falta de conhecimento, divulgação desses produtos e muitas vezes por não encontrar no município” (RESPONDENTE 98, 2021); e “[...] poucas as opções no município” (RESPONDENTE 158, 2021).

Gráfico 4 - Motivos pelo não consumo de produtos agroecológicos

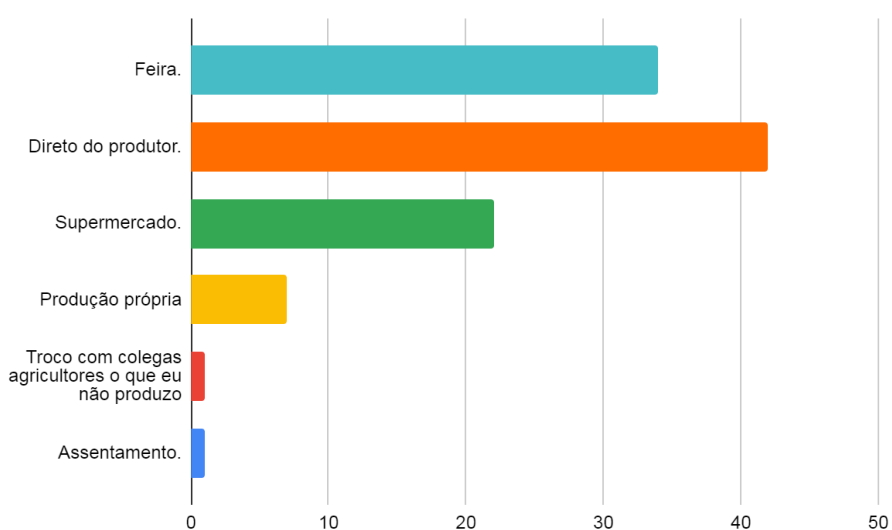


Fonte: elaborado por autoras, 2021.

A partir das respostas obtidas para a pergunta *Onde você costuma comprar*

os produtos agroecológicos?, destacadas no Gráfico 5, identificou-se uma relação direta entre consumidores e produtores, ou seja, no Oeste Catarinense compreende-se várias cidades pequenas¹⁰, onde há a possibilidade de conseguir produtos direto do produtor. Ademais, 52% dos respondentes encontram produtos agroecológicos em feiras e supermercados, bem como outros, sejam responsáveis pela própria produção.

Gráfico 5 - Locais em que os respondentes encontram produtos agroecológicos



Fonte: elaborado por autoras, 2021.

Ademais, quando questionado aos respondentes “Você considera produtos agroecológicos mais saudáveis?”, identificou-se que 132 (2021) respondentes acreditam que os produtos oriundos da agroecologia são saudáveis e somente 34 pessoas discordam. Assim, baseando-se na afirmação do Respondente 119 (2021) de que “[...] são alimentos produzidos de forma sustentável, livre de agrotóxicos e demais contaminantes, [...] que favorecem uma prática de alimentação mais saudável”, constata-se que o pensamento comum de 79% dos respondentes, ao analisar o termo agroecologia, é de relacioná-lo à saúde e a uma melhor qualidade de vida.

¹⁰ Compreende-se que “o urbano se distingue do rural, mas o rural permanece no urbano [...] de modo que este contém o rural em essência e o contém essencialmente. O urbano, a segunda origem, portanto, é mais essencial que a primeira, pois o urbano não é a sucessão do rural, mas o reaparecimento do rural como o urbano” (HENRIQUE, 2010, p. 54).

Adicionalmente, como demonstrado pelo Respondente 49 (2021), “os métodos empregados para [o] desenvolvimento [da agroecologia], visando não somente questões saudáveis, mas sim sociais, culturais, [...] acaba interferindo significativamente no modo como será produzido [...]”. Dessa forma, a aproximação horizontal e cíclica entre produtor e consumidor dentro do modelo agroecológico fortalece os vínculos de confiança e troca de saberes, culturas, experiências, incorporado à quebra de hierarquias. Logo, desperta um maior interesse no modo de produção agroecológica e nos seus princípios - cuidado sustentável e justiça social e climática durante toda a cadeia produtiva -, e, conseqüentemente, a partir da vivência, promovendo saúde e prevenindo doenças. Com isso, o termo salutogênese relaciona-se diretamente com este modo de produção subversivo à lógica atual destrutiva.

5 CONCLUSÃO

Com base na revisão bibliográfica desenvolvida, bem como no questionário aplicado nos municípios do Oeste Catarinense, pôde-se fazer uma análise quantitativa e qualitativa sobre a produção e consumo de produtos agroecológicos, os quais contribuíram para a ampliação do conhecimento sobre a agroecologia e sua aproximação com o conceito de salutogênese das autoras neste trabalho.

A partir da pesquisa bibliográfica, concluiu-se que a produção de agroecológicos no Oeste Catarinense não é expressiva, mas apresenta potencial de desenvolvimento e ampliação, tendo em vista a crescente busca por alimentos mais saudáveis e limpos. Ademais, a região destaca-se pela existência de pequenos estabelecimentos rurais, de caráter familiar e de produção diversificada, uma importante alternativa de renda a aqueles que foram excluídos dos sistemas de integração com os CAIs, que não se fazem parte do Agronegócio

Destaca-se ainda o reconhecimento e a necessidade de políticas públicas, investimentos em pesquisa e extensão nessa produção familiar, o que contribuiria para a redução dos custos produtivos e a popularização do seu acesso e do seu consumo. Os agentes promotores como a EPAGRI, Universidade e Institutos Federais, Associações, Cooperativas e Sindicatos Rurais no desenvolvimento de atividades tanto com produtores e consumidores possuem papel importante, para que o debate da agroecologia avance e conquiste novos espaços.

Além disso, não há um banco de dados sobre a produção de base agroecológica especificamente, o resulta na inserção desta produção no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Ressalta-se que nem todo produto orgânico é um produto agroecológico.

Há importantes circuitos de produção e comercialização, como por exemplo, vinculados à rede ECOVIDA que já atuam no Oeste Catarinense, e que abastecem os mercados, especialmente de Curitiba. Entretanto, esse ponto não foi aprofundado neste trabalho, abrindo possibilidades de discussões futuras.

Ademais, a maioria dos respondentes não consome esses produtos devido ao alto preço cobrado ou pela falta de clareza quanto a diferença de produtos agroecológicos e orgânicos, além do não conhecimento dos produtos obtidos pela agroecologia. Isso demonstra a baixa inserção de agroecológicos no mercado da

região Oeste Catarinense, e a necessidade de mais estudos para esclarecer essas diferenças.

A agroecologia está relacionada com a salutogênese, conforme a revisão bibliográfica e o questionário aplicado, em que o modo de vida sustentável é um potencializador da saúde. Nele, observou-se que, apesar do não conhecimento prévio da definição de agroecologia por parte dos Respondentes, a maioria a associa com um estilo de vida mais saudável.

Vale ressaltar que, devido à pandemia do COVID-19, a pesquisa externa das autoras foi limitada, não sendo possível a realização de entrevistas e visitas de campo inicialmente desejadas e planejadas. Além disso, o tempo e sequência de escrita ficaram prejudicados por conta da dificuldade no encontro de tempo comum para reuniões entre integrantes, sendo necessário o fracionamento de conteúdos, bem como do difícil equilíbrio com outras atividades curriculares e extracurriculares, e de fatores externos e emocionais das autoras, o que não impediu a finalização do trabalho.

Adicionalmente, o trabalho realizado contribuiu para aprofundar conhecimentos acerca da estrutura fundiária do Brasil, bem como a formação e dificuldades da agricultura familiar em contraposição ao agronegócio, que ao longo dos anos passaram por sérias discussões.

Por fim, apresenta-se a evolução pessoal e acadêmica das autoras, em que os conhecimentos adquiridos foram importantes para a realização do presente trabalho, para a ampliação do saber acerca das disciplinas do curso Técnico em Alimentos e para a complementação de demais unidades curriculares do Ensino Médio, principalmente Geografia, História e Sociologia.

REFERÊNCIAS

ABREU, P. H. B.; ALONZO, H. G. A.. Salutogênese-Camponês a Camponês: uma metodologia para promoção da saúde de populações expostas a agrotóxicos. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 261-274, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bBvpcNhb5bf9mpKgcvGxYcK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 jul. 2021

ACOSTA, A.. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p. Tradução de Tadeu Breda.

ALTIERI, M.. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <Agroecologia - Altieri 5.ed.indd (furg.br)>. Acesso em: 18 jul. 2021.

ARL, V.. **Uma identidade que se constrói em rede: caderno de formação**, v. 1. Lapa: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007. 46 p.

BADALOTTI, R. M.. **A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E A AGROECOLOGIA COMO BASE PARA A VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE**: o papel da apaco (associação dos pequenos agricultores do oeste catarinense) e demais agentes sociais. 2003. 387 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84725/191772.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BARROS, J. R. M.. **A INDÚSTRIA E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**. 2018. Disponível em: https://iedi.org.br/media/site/artigos/20180703-a_industria_e_o_agronegocio_brasileiro.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

BOMBARDI, L. M.. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017. v. 1. 280p .

BOSETTI, C. J.. Da questão agrária à agroecologia: a narrativa da reforma agrária no Brasil. In: TEDESCO, J. C.; SEMINOTTI, J. J.; ROCHA, H. J., ed. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas** [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, p. 82-123.

BRASIL. Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto de Terras e dá outras providências. Brasília: 1964. LINK

BRASIL. Lei no.11.326 de Julho de 2006. Agricultura Familiar. Brasília: Presidência da República, 2006. Publicado em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em: 05 junho 2021.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/lei-no-10-831-de-23-de-dezembro-de-2003.pdf/view>> Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 20 ago. 2012. Disponível em: <http://agroecologia.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Decreto%20n%C2%BA%207794_PNAPO.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. INCRA. **Módulo Fiscal**, 2020. Elaborada pela Coordenação-Geral de Cadastro Rural. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BURIGO, A. C.; VAZ, B. A.; LONDRES, F.; NETTO, G. F.; MENEZES, M. A. C.; PACHECO, M. E. L.; SOUZA, N. A.; PETERSON, P. (Org); Tradução Khabiro Traduções. **Caderno de estudos: SAÚDE E AGROECOLOGIA**. vol.1. 248p. - Rio de Janeiro: FIOCRUZ: ANA: ABA-Agroecologia, 2019.

CAUME, D. J..Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias. **Redes**. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 14, núm. 1, jan./abr. 2009, pp. 26-44 Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056851002.pdf> >.

CRUZ, A.G.. Política agrícola e fundiária e reforma agrária. **Âmbito Jurídico**, 2005. Disponível em:<<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/politica-agricola-e-fundiaria-e-reforma-agraria/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. IV Plano Diretor da Embrapa: 2004-2007. Brasília: Embrapa, Secretaria de Administração e Estratégia, 2004. 48p. Publicado em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/96220/1/IV-plano-diretor-da-Embrapa.pdf>> Acesso em: 15 julho 2021.

ESPÍRITO SANTO, E. N.. **Agricultura no Estado de Santa Catarina, período 1920-1985**. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 28, n.3, p. 453-473, 1998

FERNANDES, B. M.. **CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista,

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106708/fernandes_bm_ld_prud.pdf?sequence>. Acesso em: 29 set 2021.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.. Campesinato e Agronegócio da Laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo M. (Org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina: A questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FILHO, J. L. F. A.; FONTES, R. M. O.. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 4, n.7, p. 63-85, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FOSS, I. T.; FINATTO, R. A.. A construção da Agroecologia em acampamentos do MST: O caso do Grupo 17 de Julho de Produção Orgânica e Agroecológica, Rio Bonito do Iguaçu - Paraná. In: Ana Cristina Hammel; Gabriela Furlan Carcaioli; Graziela Del Monaco; Roberto Antônio Finatto. (Org.). **Estudos sobre a realidade brasileira: práticas e movimentos contra-hegemônicos**. 1ed. Curitiba: CRV, 2020, v. 2, p. 85-106.

FREITAS, J. L.. Alimentação Sustentável: uma revisão de literatura sobre SlowFood. 2014. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

GIRARDI, E. P.. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: <www.atlasbrasilagrario.com.br> Acesso em: mar 2021

GIRARDI, E. P.. O Brasil em face aos conflitos e violências agrárias. CONFINS (PARIS), v. 501, p. 1-8, 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/21168>> Acesso set 2021.

GLIESSMAN, S. R.. **AGROECOLOGIA: processos ecológicos em agricultura**

sustentável. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/22439701/agroecologia-processos-ecologicos-em-agricultura-sustentavel-stephen-r-gliessman>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

HECHT, S. B.. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable.** Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999. Disponível em: <<http://agroeco.org/wp-content/uploads/2010/10/Libro-Agroecologia.pdf>> Acesso em mar. 2021.

HENRIQUE, W.. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI, 2010. p. 54. Série de estudos e pesquisas, 87.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Atlas do espaço rural brasileiro.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.p.45-65.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Módulo Fiscal. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/media/docs/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf> Acesso ago. 2021

INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO/Programa de Extensão Rural Agroecológica - PROGERA. Agricultura Familiar/CANUTO, J. C. e CARMO, M. S. Botucatu/SP: Giramundo, 2009. 32 p. Publicado em: <<https://docplayer.com.br/9833400-Instituto-giramundo-mutuando.html>>. Acesso em: 17 julho 2021.

JOHNS, T.; POWELLI, B.; MAUNDU, P.; EYZAGUIRRE, P. B., 2013. Agricultural biodiversity as a link between traditional food systems and contemporary development, social integrity and ecological health. J. Sci. Food Agric. 93, 3433–3442. doi:10.1002/ jsfa.6351

KAGEYAMA, A. O novo padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo rural aos complexos Agroindustriais. In: DELGADO, G. C. ; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M.. (orgs.) Agricultura e Políticas Públicas. Brasília, DF: IPEA, 1990. pp.113-223.

KONRAD, J.; HESPANHOL, R. A. M.. Estado e os complexos agroindustriais: agentes de transformação do espaço rural no Oeste Catarinense - Brasil. In: XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária - Ajuste espacial x soberania(s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo, 2016, São Cristóvão -SE. CD rom do XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Cristóvão -SE: Universidade Federal de Sergipe, 2016. v. v.1. p. 1-15.

KONRAD, J.; SILVA, C. A. . **Agricultura Familiar no Oeste Catarinense: da colônia à integração**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 01-18.

LIMA, S.; GALIZA, M.; VALADARES, A.; ALVES, F. **Produção e consumo de orgânicos no mundo e no Brasil**. 2538 Textos para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9678/1/TD_2538.pdf> Acesso: mai. 2021.

LOUZADA, M. L. C.; CANELLA, D.S.; JAIME, P. C.; MONTEIRO, C.A. **Alimentação e Saúde: a fundamentação científica do guia alimentar para a população brasileira**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2019.

MARTINS, J.S. Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Revista Sociologia**, USP, São Paulo, 11 (2), 1999. p.97-128. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200007> Acesso em: set. 2021

MATOS, A.K.V. Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas. **Cadernos da FUCAMP**, v. 10, n. 12, p. 1-17, 2011.

MATTOS, C. **Movimentos sociais e agroecologia no oeste de Santa Catarina: 2015-2019**. 2019. 61fl. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3494>>. Acesso em: mar 2021.

MELLO, M. A.; TESTA, V. M; SILVESTRO, M. L. **Agricultura familiar, produção de leite e desenvolvimento territorial: os desafios para inserção econômica**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, CUIABÁ, MT. Anais... Brasília - DF: SOBER, 2004.

MIOR, L. C. **Empresas Agroalimentares, Produção Agrícola Familiar e Competitividade no Complexo Carnes de Santa Catarina**. 1992. 400p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1992.

_____. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338p.

MORAES, I. MST: Você entende o que é esse movimento?. **Politize**, 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/mst-voce-entende-o-que-e-esse-movimento/>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MOTA, D. M; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. **PESQUISA E AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE**. Campina Grande: Raízes, v. 26, n. 1 e 2, 2007. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/82932/1/Artigo-196.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

NATIVIDADE, M. M.. A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classes e intraclasse. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013. 168f. Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/handle/1/187>> Acesso: set. 2021

NEVES, D. P.. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M.. (orgs.). **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002, p.133-159.

PALENCIA, N. P.. Complexo Agroindustrial do Leite no Brasil: indicadores socioeconômicos, adoção de tecnologias e transformações nas últimas décadas. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 55-72, 2016.

PLEIN, C.. A modernização da agricultura brasileira e seus efeitos sobre a agricultura familiar no Oeste Catarinense. **Revista Faz Ciência**, 08, 01 (2006) pp. 35-72

RODRIGUES, L. A.; SIMÕES, W.. A AGROECOLOGIA NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC: a re-existência e re-produção do/no espaço rural do oeste catarinense. **Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2017. p. 1-10. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt18_1506703508_arquivo_singa_2017_azeredo_simoes.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.. **AGRICULTURA FAMILIAR: ELEMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS**. Ilhéus- BA: Agrotópica, v. 19, p. 21-30 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes/revista-agrotropica/revista/agrotropica-2007v19nunico.pdf#page=24>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SILVA, Cesar Augusto Freyesleben. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. 2º ed. rev. e atual. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003. 99 p.

SILVA, G.B.; BOTELHO, M. I. V.. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Revista Campo-Território**, v. 9, n. 17, 2014.

SOUSA, A. A.; Azevedo, E.; LIMA, E. E.; SILVA, A. P. F. Alimentos orgânicos e saúde humana: estudo sobre as controvérsias. **Revista Panamericana de Salud**

Pública, [S.L.], v. 31, n. 6, p. 513-517, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1020-49892012000600010>.

TEIXEIRA, J. C.. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, p. 21-42, 2005.

TESTA, V. M.; NADAL, R.; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N.. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta de discussão**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247p

VARGAS, M. C.; SILVA, N. R.. **De onde vem nossa comida**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

WANDERLEY, M. N. B.. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. In: João Carlos Tedesco. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 1ed. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 1999, v. , p. 23-56.

APÊNDICE A – Questionário para avaliar consumo de produtos agroecológicos no Oeste Catarinense

Consumo de produtos Agroecológicos no Oeste Catarinense

1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
 CONCORDO com a minha participação voluntária nesta pesquisa.
 DISCORDO com a minha participação voluntária nesta pesquisa.

2. Qual a sua idade?
 Eu tenho entre 10 e 15 anos.
 Eu tenho entre 16 e 21 anos.
 Eu tenho entre 22 e 30 anos.
 Eu tenho entre 31 e 50 anos.
 Eu tenho 51 anos ou mais.

3. Qual o seu gênero?
 Feminino
 Masculino
 Prefiro não dizer

4. Em qual município você mora?

5. Você habita em área:
 Urbana
 Rural

6. Você sabe o que é a Agroecologia?
 Sim.
 Não.

7. Existe diferença entre produtos orgânicos e agroecológicos?
 Não.
 Sim.

8. Caso tenha respondido sim para a questão anterior, quais as diferenças existentes entre produtos orgânicos e agroecológicos?

9. Você conhece produtos agroecológicos?

() Não.

() Sim.

10. Caso tenha respondido sim para a questão anterior, quais produtos agroecológicos você conhece?

11. Você já consumiu produtos agroecológicos?

() Não.

() Sim.

12. Caso tenha respondido sim para a questão anterior, quais produtos agroecológicos você já consumiu?

13. Caso não tenha consumido, por quê?

() Não encontro produtos no município.

() Alimentos mais caros.

() Não gosto.

() Não vejo diferenças.

Outro: _____

14. Onde você costuma comprar os produtos agroecológicos?

() Supermercados.

() Feira.

() Direto do produtor.

() Outro:

15. Você considera que os produtos agroecológicos são mais saudáveis?

() Não.

() Sim.

16. Caso tenha respondido sim para a questão anterior, por que você os considera mais saudáveis?

Explicação: Produtos Agroecológicos - São alimentos produzidos a partir da Agroecologia, a qual é definida pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, como a produção de alimentos que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social.

17. Você consumiria produtos agroecológicos?

() Sim.

() Não.

18. Caso tenha respondido não para a questão anterior, por que não os consumiria?
